

RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.329 - GO (2014/0090388-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : WALQUIRES TIBÚRCIO DE FARIA - GO002355
GLAUBER COSTA PONTES - GO018772
EDMAR ALVES DE AZEVEDO JUNIOR E OUTRO(S) - GO032696
RECORRIDO : IRAÍDES FERNANDES CARNEIRO
ADVOGADOS : GODAMEYR ALVES PEREIRA DE CALVARES - GO021449
ANDREA GUIZILIN LOUZADA RASCOVIT E OUTRO(S) -
GO030423A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO BRADESCO S/A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA PRECEDIDA DE AÇÃO REVISIONAL. ALTERAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. 1 - A alteração do valor do débito caracteriza prejudicial externa. Tal circunstância autoriza a aplicação do disposto na alínea a, do inciso IV, do artigo 265, do CPC, o que se aplica também ao processo de execução, quando haja a anterioridade de ação revisional em que se discute o valor do débito cobrado pelo credor hipotecário de financiamento. 2 - Necessitando o débito de reajustamento decorrente de sentença proferida em ação revisional de contrato que também é objeto de execução hipotecária, mister que se proceda a suspensão dos atos executórios até que seja definitivamente apurado o seu valor. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO." (fls. 457/458)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, 265, § 5º, 585, § 1º, e 791 do CPC/73, sustentando, em síntese, (a) omissão do Tribunal de origem a respeito da impossibilidade de se suspender a execução em curso, ante a pendência de ação revisional que nem sequer teria transitado em julgado, quando da expedição do acórdão recorrido e (b) a propositura da ação revisional para discutir o valor do débito não impede o curso da execução.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 501).

É o relatório.

Inicialmente, não se vislumbra a alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73, uma vez que a controvérsia a respeito da necessidade de suspensão da execução, em razão da pendência de julgamento de ação revisional ajuizada pelo executado, foi julgada de modo claro, coerente e suficientemente fundamentado pelo TJGO, consoante se observa do seguinte trecho do acórdão recorrido:

"Melhor analisando os autos, vejo que a alteração do valor do débito caracteriza prejudicial externa. Tal circunstância autoriza a aplicação do disposto na alínea a, do inciso IV, do artigo 265, do CPC, como ocorreu.

Acerca do tema é oportuna a lição de Humberto Theodoro Júnior, que em seu Curso de Direito Processual Civil, volume 1 - Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento -, editora Forense, Rio de Janeiro, 398 edição, 2003, página 274, leciona:

(...)

Assim, havendo processo anterior pendente, onde se discute matéria que possa interferir no mérito de outra ação, caracterizada está a prejudicialidade, autorizadora da suspensão do processo posterior, como no caso, ainda que se trate de execução." (fls. 451/453)

Nessas condições, inexistente omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

No mérito, o acórdão recorrido merece reforma.

Em geral, nas situações em que a parte executada ajuíza ação com a finalidade de debater o valor do débito, a execução não pode ser suspensa, ante a regra do art. 585, § 1º, do CPC/73 (art. 784, § 1º, do CPC/15). No entanto, o STJ admite a interrupção do curso da execução, quando verificada a possibilidade de mudança significativa na relação jurídica, mas apenas quando há a garantia do juízo. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. Apreciação de todas as questões relevantes. Ausência de afronta ao art. 535 do CPC/1973. Nulidade de cláusulas contratuais.

GARANTIA HIPOTECÁRIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. AÇÃO REVISIONAL. EXECUÇÃO. PREJUDICIALIDADE EXTERNA. GARANTIA DO JUÍZO. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. A suspensão do processo executivo em decorrência do trâmite simultâneo de ação revisional, ajuizada antes ou depois da execução, depende de estar garantido o juízo, o que não se verificou neste processo. Jurisprudência do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1672606/PA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 30/04/2018)

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA. ANTERIOR AÇÃO REVISIONAL DO DÉBITO EXEQUENDO. FIXAÇÃO DE ASTREINTE EM SEDE EXECUTIVA. SUSPENSÃO DO FEITO EXECUTIVO CONDICIONADA À GARANTIA DO JUÍZO.

(...)

5. A garantia do juízo é condição imprescindível à suspensão do processo executivo (art. 739-A, § 1º, do CPC), o que, consoante assentado pelo Tribunal de origem, não ocorreu no caso em julgamento.

6. Recurso especial não provido.

(REsp 1118595/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 06/12/2013)"

Na hipótese, o TJGO determinou a suspensão da execução - dada a procedência parcial da ação revisional capaz de alterar o valor da dívida -, mas deixou de exigir a garantia do juízo, contrariando a jurisprudência desta Corte Superior a respeito da controvérsia.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao juízo 1ª instância, perante o qual a execução deverá ser garantida e permanecer suspensa até o trânsito em julgado da ação revisional.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator